

**Sofrimento psíquico entre os estudantes e Educação Profissional e Tecnológica:  
apontamentos sobre a formação docente e o papel do psicólogo escolar**

*Psychic suffering among students and Professional and Technological Education: notes on  
teacher training and the role of the school psychologist*

Eliane Antunes Marinho do Prado

Jonis Manhães Sales Felipe

**Instituto Federal Fluminense (IFFluminense)**

Campos dos Goytacazes –Brasil

**Resumo**

O objetivo principal deste artigo é discorrer sobre a formação dos professores em relação à questão do sofrimento psíquico entre os estudantes, em especial nas escolas que ofertam a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nessa perspectiva, abordando os aspectos sociais que envolvem o sofrimento psíquico e, mais especificamente, as relações entre formação docente, escolarização e acolhimento dos estudantes, busca-se refletir sobre as dificuldades que a temática do sofrimento psíquico tem representado para o exercício profissional dos professores que atuam na EPT. Ao considerar a formação inicial e continuada de parte desses professores, é possível perceber desafios ainda maiores do que os que já são vivenciados por professores de disciplinas em que a formação inicial em licenciatura é obrigatória. As conclusões do trabalho reforçam a centralidade dessa temática para o exercício do magistério, destacando, ainda, a relevância da atuação do psicólogo Escolar como um profissional que pode contribuir diretamente no caso da formação continuada do corpo docente para lidar com tais alunos.

**Palavras-chave:** Sofrimento psíquico discente; Formação docente; Educação Profissional e Tecnológica.

**Abstract**

The main objective of this article is to discuss teacher training in relation to the issue of psychic suffering among students, especially in schools that offer Professional and Technological Education (PTE). In this perspective, addressing the social aspects that involve psychic suffering and, more specifically, the relationships between teacher training, schooling, and student support, we seek to reflect on the difficulties that the theme of psychic suffering has represented for the professional practice of teachers who work in PTE. By considering the initial and ongoing training of some of these teachers, it is possible to perceive even greater challenges than those already experienced by teachers of disciplines in which initial training in licensure is mandatory. The conclusions of the work reinforce the centrality of this thematic discussion for the practice of teaching, highlighting the relevance of the role of the school psychologist as a professional who can contribute directly to the case of ongoing training of the teaching staff to deal with such students.

**Keywords:** Psychic suffering of students. Teacher training. Professional and technological Education

## **Introdução**

Dizer que a escola é uma instituição fundamental para o letramento e a socialização dos indivíduos não traz novidade, mas ainda se faz necessário frisar o quanto é urgente criar condições efetivas que possibilitem o atendimento das demandas dos estudantes e suas famílias para além do acesso ao ensino. Este é o caso das inúmeras situações de sofrimento psíquico que chegam ao cotidiano das escolas brasileiras cujas equipes, muitas vezes, não sabem de que forma propor direcionamentos e condições de acolhimento para os alunos.

O mergulho reflexivo desenvolvido neste artigo objetiva suscitar esse debate ao discutir as dimensões multifacetadas que dele fazem parte. Embora não se traga aqui fórmulas e nem receitas prontas, tenta-se apontar alguns caminhos, tanto do ponto de vista conceitual quanto das práticas desenvolvidas por profissionais de Psicologia no chão da escola, com destaque para a contribuição que esse profissional pode trazer na criação de estratégias de formação continuada de professores, por exemplo.

Esse assunto ganha ainda mais importância no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma vez que muitos professores que nela atuam sequer possuem formação inicial de licenciatura. Além da preparação para organizar e conduzir processos de ensino, espera-se que a formação inicial de professores ofereça também uma compreensão aprofundada sobre os processos sociais, políticos, econômicos e psicológicos que estão articulados às relações de ensino e de aprendizagem na escola. Na ausência ou na insuficiência dessa formação inicial, que alternativas podem ser construídas para lidar com as diversificadas e crescentes demandas apresentadas pelos estudantes nas escolas? No que tange à temática importante e recorrente do sofrimento psíquico, o presente artigo pretende oferecer algumas reflexões.

## **Reflexões iniciais sobre o sofrimento psíquico no ambiente escolar**

As interfaces entre Psicologia e educação escolarizada datam, no Brasil, da virada do século XIX para o século XX, quando foram fundados no país os primeiros ‘laboratórios’ de pesquisa, estudos e experimentações psicológicas (BARBOSA, 2012). Nos primeiros tempos, a tarefa da Psicologia Escolar era dirigida principalmente aos estudantes, buscando “revelar” e explicar eventuais ‘problemas de aprendizagem’, entendidos como decorrentes das heranças neurológicas específicas de cada indivíduo. Em consequência, a ação psicopedagógica classificava os alunos com dificuldades de aprendizagem e justificava

possíveis ‘fracassos escolares’ com base em tais classificações (PATTO, 1999; SOARES, 2006).

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a Psicologia Educacional foi assumindo novos olhares e formas de interagir no contexto escolar. Outros aportes teórico-práticos começaram a integrar o repertório de pensamentos e de práticas da Psicologia Escolar. O trabalho de Patto (2000), por exemplo, é considerado um marco nessa virada do olhar psicopedagógico brasileiro. Esse trabalho demonstrou que os alunos para os quais a escola era concebida não correspondiam mais à maioria real dos alunos frequentadores das escolas públicas nacionais. A autora explica como as hierarquias instituídas numa sociedade fundada em desigualdades como a brasileira atravessam, preconceituosamente, os entendimentos sobre os estudantes e suas famílias, e sobre como devem ser as relações deles com as escolas e os sistemas de ensino.

Tais equívocos estão presentes nas instituições de ensino federais, estaduais e municipais, atingindo professores e equipes multiprofissionais que nelas atuam. Barbosa (2012) analisou que essa perspectiva crítica se instituiria e ganharia espaço, a partir dos anos 2000, nos estudos que tratam da questão do fracasso escolar. Essa virada de perspectiva ocorre em um período em que a literatura especializada começou a registrar um aumento de casos de sofrimento psíquico por parte de estudantes, principalmente daqueles que cursam o ensino médio (BALLESTER, 2021).

Oliveira (2006) chama atenção para o fato de que a constituição processual da subjetividade dos adolescentes é atravessada por múltiplos elementos das dimensões biológica, psicossocial e histórico-cultural. Pensando nesses entrecruzamentos para o contexto atual, a autora afirma que, dentro das sociedades ocidentais, viver a adolescência pressupõe saber lidar com temporalidades e espacialidades cada vez mais múltiplas, sobretudo a partir das possibilidades de comunicação virtual, que rompem distâncias e entregam mensagens em tempo real. Tal contexto contribui para que os adolescentes se comuniquem com velocidade, construam suas redes de relacionamentos e ampliem de forma exponencial seus contatos, mas também pode ser fonte de potencialização de sofrimento psíquico.

Diversas investigações da área de saúde psíquica e da educação permitem apontar que aproximadamente 25% das crianças e dos adolescentes brasileiros estão passando ou já passaram, em algum momento, por estados de sofrimento psíquico (FATORI et al., 2018). Tal

*Sofrimento psíquico entre os estudantes e Educação Profissional e Tecnológica: apontamentos sobre a formação docente e o papel do psicólogo escolar*  
informação é muito importante, considerando que essa modalidade de sofrimento acarreta problemas sérios no desenvolvimento e em diversos aspectos da vida pessoal e coletiva dessas crianças e adolescentes. Outras pesquisas mostraram que as disposições emocionais interferem substantivamente nas capacidades e nas motivações interacionais e cognitivas (DE' ABREU; MARTURANO, 2010; D'ÁVILA-BACARJI; MARTURANO; ELIAS, 2005).

De acordo com uma pesquisa desenvolvida a partir do depoimento de 18 profissionais atuantes em uma escola pública de ensino básico, situada no interior do Estado de São Paulo (CID et al., 2019), foram identificadas nas falas desses professores e professoras duas formas de sofrimento psíquico já apontadas na literatura sobre o assunto: “[...] internalizantes, quando referentes aos comportamentos baseados em depressão, ansiedade, retração e isolamento; e externalizantes, caracterizadas pela hostilidade, pela agressividade e por condutas antissociais” (CID et al., 2019, p. 4).

Como principais conclusões do estudo citado, nota-se que as intervenções que visam lidar com a realidade psicossocial e pedagógica na escola são bem-sucedidas na medida em que dialogam desde a concepção até a execução e a avaliação com todos os estratos envolvidos (gestores, professores, técnicos, estudantes, famílias, comunidade). Além disso, em vez de serem ações projetadas por antecipação, devem ser propostas a partir das necessidades específicas de cada alunado, de cada realidade escolar. Desta forma, são mais bem recebidas e sucedidas as intervenções que promovem conjuntamente desenvolvimento social e humano de toda a comunidade escolar.

Para finalizar esta seção, importa registrar que, recentemente, no mês de março de 2022, o Senado Federal aprovou uma emenda<sup>i</sup> proposta pelo Senador Fabiano Contarato (PT-ES), que contribui para a efetiva implantação da Lei 13.935/2019, na qual se estabelece a presença obrigatória de serviços prestados por assistentes sociais e psicólogos nas escolas do país. A emenda inclui esses profissionais no Sistema Nacional de Educação e destina verbas específicas para a efetiva realização da lei.

### **A formação docente para a Educação Profissional e Tecnológica**

A demanda pela atuação dos psicólogos escolares para auxiliarem os professores, alunos e toda a comunidade escolar no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) tem sido registrada pelas pesquisas nessas instituições, as quais têm mostrado uma realidade marcada por inúmeras queixas de saúde mental, conforme relatam Tsunematsu, Pantoni e Versuti (2021, p. 71): “[...] problemas de aprendizagem,

comportamento, entre outras. Existe uma demanda recorrente de discentes com queixas emocionais e psicológicas que chegam até a Coordenadoria Sociopedagógica (CSP) ou equivalente nos IFs”.

Os principais problemas listados são muito prevalentes entre os alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, conforme citação a seguir:

Os discentes ingressantes do EMI percebem o ambiente escolar dos IFs como gerador de angústia, ansiedade e estresse. Enfrentam, nesse processo de adaptação, experiências de intenso sofrimento psíquico (BRITO, 2017; FARIA 2017; SODRÉ, 2017). Assim, além do acolhimento ao discente, o(a) psicólogo(a) escolar é também requerido a orientar os docentes e familiares sobre estas demandas (TSUNEMATSU; PANTONI; VERSUTI, 2021, p. 71).

Nesse sentido, cabe refletir sobre a formação dos docentes para a Educação Profissional e Tecnológica, na medida em que a literatura científica tem reconhecido certo nível de imprevisto e incompletude, do ponto de vista pedagógico, frente ao contexto em que os professores da EPT exercem seu trabalho (BARBOSA; MACHADO; AFONSO, 2020). Registra-se ainda que tal situação pode comprometer também o reconhecimento de possíveis sinais de sofrimento psíquico durante as relações de ensino e de aprendizagem.

De acordo com Tardif (2000), a compreensão das práticas de ensino dos professores depende do conhecimento aprofundado dos processos e currículos formativos desses sujeitos. De acordo com o pensamento desse autor, não é possível que a formação docente esteja centrada apenas na experiência adquirida pelo exercício profissional. É necessário sempre haver uma forte relação com o saber sistematizado, modulado e mantido pelo hábito de pesquisar.

Dessa maneira, as análises de Tardif (2000) se coadunam com o pensamento de Charlot (2005) ao problematizar a noção de *prática dos saberes*, por oposição aos chamados *saberes da prática*. Para este autor, os saberes da prática tendem a trazer respostas, ajustes, condutas para dar resolução às demandas do dia a dia nas escolas, onde a maior parte dos problemas que surgem não podem esperar. Já a prática dos saberes diz respeito a uma perspectiva de formação continuada, uma perspectiva de indagação, de pesquisa permanente, tanto ao nível de projetos de pesquisa mais formais, conduzidos em nível de pós-graduação, quanto à ideia de refletir constantemente sobre as realidades enfrentadas, na tentativa de lidar com elas de formas mais perspicazes, criativas e ‘bem-humoradas’.

Complementando essas abordagens, Nóvoa (2009, p. 31-32) afirma que:

## *Sofrimento psíquico entre os estudantes e Educação Profissional e Tecnológica: apontamentos sobre a formação docente e o papel do psicólogo escolar*

Parece que estamos todos de acordo quanto aos grandes princípios e até quanto às medidas que são necessárias tomar para assegurar a aprendizagem docente e o desenvolvimento profissional dos professores: articulação da formação inicial, indução e formação em serviço numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida; atenção aos primeiros anos de exercício profissional e à inserção dos jovens professores nas escolas; valorização do professor reflexivo e de uma formação de professores baseada na investigação; importância das culturas colaborativas, do trabalho em equipe, do acompanhamento, da supervisão e da avaliação dos professores etc.

Nessa perspectiva, os processos de capacitação docente, além de incluírem os conhecimentos técnicos necessários, não podem prescindir dos requisitos reflexivos e investigativos citados. Complementando essas ideias, Gatti (2008) se refere à “formação continuada” como sendo uma expressão agregadora de significados e de práticas bem diferentes, incluindo desde o compartilhamento cotidiano de conhecimentos, ferramentas, métodos de ensino entre os pares até a realização de cursos de atualização, aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação.

Com relação à oferta, Gatti (2008) aponta que os programas de formação continuada são múltiplos e muitos deles financiados por empresas (Rede Globo, por exemplo) ou por instâncias internacionais (Banco Mundial, por exemplo), em parceria com ONG's (Organizações não governamentais). Apesar do financiamento e do controle privados, tais programas tornam-se acessíveis por meio de parcerias com os governos, principalmente os estaduais e municipais.

Quanto aos formatos, a autora comenta que têm sido ofertados cursos presenciais, semipresenciais e, também, a distância. Do ponto de vista de professores que passaram por tais processos formativos, Gatti (2008) indica que a maioria dos professores entrevistados apresenta um discurso ambíguo, que demonstra uma resistência em admitir que aprenderam alguma coisa e um reconhecimento de que houve mudanças nas práticas de ensino realizadas após terem passado pelos cursos.

Outro questionamento da autora é com referência ao propósito dessa ampliação e diversificação de ofertas para a continuidade dos estudos dos professores. Ela indaga se muitos desses cursos, até mesmo graduações e especializações, têm a intenção de formar ou possuem propósitos exclusivos de certificação: emissão de titulações diversas aos professores para manutenção de suas colocações ou, ao mesmo tempo, para terem acesso a benefícios – cargos e salários – oportunizados pela agregação dos títulos (GATTI, 2008).

Parafrazeando um título de livro assinado por Gilberto Dimenstein (“O cidadão de papel”), pode-se dizer que Bernadete Gatti (2008) produz uma reflexão sobre a realidade de processos que deveriam ser efetivamente formativos, mas acabam sendo ofertados e experienciados apenas como uma “formação de papel”. Fato esse que merece a maior atenção de todos que se preocupam com as reais necessidades formativas do professorado em geral e, em específico, com os professores da Educação Profissional e Tecnológica.

A literatura científica que se dedica a essa discussão tem reiteradamente constatado dificuldades nas trajetórias formativas efetivadas pelos docentes que trabalham na EPT, tanto em redes privadas quanto em públicas. É o caso do trabalho de Carvalho e Souza (2014, p. 884), quando aponta que docência na EPT “[...] tem suscitado, nos últimos tempos, debates acadêmicos e políticos na área educacional, no entanto ainda não resultaram em posições conclusivas no que se refere ao processo de formação desse professor”.

Nesse momento, é importante registrar que a EPT tem sido estruturada e ofertada a partir da atuação de docentes cuja formação de origem, diversas vezes, é o bacharelado. Trata-se do ‘docente-bacharel’, que vem a exercer o ofício de professor sem uma formação inicial acerca do ensinar e do aprender, das políticas educacionais, dos múltiplos atravessamentos socioeconômicos que envolvem a educação, das instituições de ensino, dos currículos e, em especial, da Psicologia da Educação. Lacunas já identificadas e que são objeto de análise crítica de inúmeros autores (GATTI, 2010; MACHADO, 2008; MOURA, 2008; OLIVEIRA; SILVA, 2012; CARVALHO; SOUZA, 2014; URBANETZ, 2012; ALVES et al., 2020).

Segundo Carvalho e Souza (2014), alguns docentes da EPT têm buscado complementação de suas formações iniciais, muitas vezes por meio de cursos de especialização ou de graduação em licenciatura (como a de Pedagogia). Apesar de positivas, tais experiências suscitam a discussão sobre a possibilidade de uma formação mais específica para ser professor da EPT e não uma justaposição de currículos e graduações.

Desta forma, se existem dificuldades e lacunas sérias na formação de professores brasileiros, de um modo geral, a bibliografia consultada sustenta a percepção de que esta situação é ainda mais complexa e preocupante no caso dos docentes que lecionam na EPT. Cabe destacar ainda que a ausência de uma formação na área de Educação tende a contribuir, no âmbito da EPT, para uma “visão pragmatista e utilitarista” sobre a sociedade, a técnica, a tecnologia e a educação (URBANETZ, 2012).

No caso da docência exercida no âmbito do Ensino Médio profissionalizante, deve-se lembrar que, na reforma ocorrida em 2017, foi estabelecido que profissionais poderiam lecionar neste nível e modalidade de ensino apresentando como credenciais o “Notório Saber”. Segundo Alves et al. (2020, p. 63):

Por “notório saber” compreende-se o reconhecimento do conhecimento adquirido por meio da experiência e que não tenha sido, necessariamente, validado formalmente pelos sistemas de ensino. É um esforço cultural para considerar que as instituições formais de ensino não constituem a única via para a aquisição de conhecimento. Nessa perspectiva, o notório saber traz implícita uma noção freireana de educação, uma concepção mais ampliada de formação, isto é, não restrita aos espaços formais de escolarização. Embora nessa acepção o notório saber ganhe contornos democráticos, tendo em vista seu esforço em considerar a formação de modo transversal, democrático e articulado com a vida laboral, muitos estudiosos brasileiros [...] têm denunciado uma apropriação do conceito com fins escusos a partir da Lei 13.415/2017, que inseriu no art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a possibilidade de profissionais com “experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado” atenderem à formação técnica e profissional.

Assim, a partir da modificação do artigo 61 da LDB de 1996, o legislador passou a autorizar oficialmente que o exercício do trabalho e a atuação em sala de aula sejam credenciais suficientes para a docência na EPT. Com isso, conforme explicitam Alves et al. (2020, p. 63), “[...] o legislador acabou por ampliar a noção de notório saber, permitindo um atalho formativo à licenciatura que, nos termos do Art. 62 da LDB, constitui um lócus formativo ideal para a atuação na educação básica”.

Esse artifício legislativo fez valer, mais uma vez, o pragmatismo utilitarista mencionado anteriormente, no qual a noção de “prática” se sobrepõe sobre a necessidade de uma formação específica para o exercício da profissão docente. Significa, pois, mais uma tentativa de esvaziamento político-pedagógico do ensino profissionalizante, prejudicando a formação de uma identidade profissional consistente dos seus professores.

### **A formação docente, o papel do psicólogo escolar e a questão do sofrimento psíquico nas escolas**

Mediante as considerações anteriormente colocadas acerca da formação docente, entende-se que é necessário refletir sobre o significado da escola em relação às situações de sofrimento psíquico dos estudantes. Em nossa sociedade, a escola é a instituição responsável por oferecer educação formal. Para além disso, trata-se de um espaço onde ocorrem inúmeras interações, fazendo com que a instituição escolar desempenhe um destacável papel socializador.



Nessa perspectiva, Candau (2011) e Caponi e Daré (2020) criticam o aspecto padronizador desempenhado pelo ensino escolar obrigatório. As últimas autoras enfocam diretamente a questão da saúde mental dos estudantes e, evidentemente, de toda a comunidade escolar. Elas esclarecem que a visão neoliberal da escola e de suas funções se contrapõem radicalmente ao paradigma humanista e democratizante. Isto porque, nas escolas organizadas pelo prisma neoliberal, desde a mais tenra idade, o padrão de subjetividade valorizado e planejado para ser construído nos alunos é o de um indivíduo autorresponsável por tudo o que lhe acontece. Fatores explicativos macrossociais são eliminados das análises, como se apenas cada um pudesse ser a causa e o efeito de suas próprias “competências, habilidades e atitudes”.

Segundo as autoras citadas, este paradigma neoliberal, assumido por muitos gestores e educadores, paira como “pano de fundo” para a proliferação de diagnósticos psiquiátricos no cotidiano escolar. Isso porque as fragilidades inerentes a qualquer ser humano são interpretadas pelo neoliberalismo como fracassos com causas exclusivamente individuais, as quais os sujeitos acometidos teriam sido ‘maus empreendedores de si’, sendo a complexa rede de causalidades normalmente envolvidas em situações de sofrimento psíquico desqualificadas como explicações reais.

Freire (2007) defende que os educadores precisam incorporar a noção de que os humanos serão sempre “seres inacabados”. Sendo este “inacabamento” justamente o fundamento filosófico da aprendizagem, ou seja, aprender a ser e fazer diferente do que já foi feito ontem é a virtude própria dos seres humanos, diferente de outras espécies. Nesse sentido, o relacionamento de “ensinagem” precisa ser permeado por vínculo afetivo, que Boff (2003) chamou de “ética do cuidado” e Antunes e Garroux (2010) interpretaram enquanto uma “pedagogia do cuidado”.

A pesquisa de Lyra et al. (2013) trouxe conclusões muito interessantes para o presente artigo, uma vez que as autoras problematizaram a percepção dos professores sobre eventuais alunos passando por sofrimento psíquico como um recorte mais abrangente e, dentro disso, desdobraram a questão de acordo com dois critérios: professores (eles próprios) passando por sofrimento psíquico e aqueles que não apresentavam este quadro. Formularam então a seguinte questão: Há percepções diferentes sobre o sofrimento psíquico dos estudantes, em cada um desses conjuntos de professores? O trabalho de campo envolveu

*Sofrimento psíquico entre os estudantes e Educação Profissional e Tecnológica: apontamentos sobre a formação docente e o papel do psicólogo escolar*  
profissionais vinculados ao ensino básico, na Rede Municipal de São Gonçalo/RJ, os quais foram abordados pelas pesquisadoras entre 2006 e 2009.

Os dados analisados e demonstrados por Lyra et al. (2013) apontam diversas conclusões que iluminam a discussão, quais sejam: 1 - A sensibilidade de alguns professores em identificar situações de sofrimento psíquico nos alunos contribui significativamente para a busca de ajuda especializada e, de imediato, suaviza a situação de dor do aluno no contexto escolar. Ainda sobre esse ponto, a pesquisa verificou que os docentes que vivenciam eles mesmos situações de sofrimento psíquico desenvolvem maior sensibilidade se comparados aos demais para realizarem a identificação de casos, sugerindo e incentivando que os estudantes e seus responsáveis busquem os profissionais e os serviços especializados para prestarem o auxílio necessário; 2 - É necessário analisar de que modo são realizados os encaminhamentos em virtude das dificuldades diversas encontradas nos municípios e da ausência de uma “rede de cuidados” próxima à maioria das escolas; 3 - A maioria das unidades escolares sequer possui profissionais e setores que possam prestar uma primeira assistência aos estudantes em situação de sofrimento psíquico; 4 - A maioria dos professores entrevistados afirmou “não ter preparo” para lidar com esses alunos.

A pesquisa demonstrou o quanto o professor tem um papel crucial na identificação do sofrimento psíquico e no encaminhamento para a busca de ajuda, mas também evidenciou que os docentes não tiveram uma formação que os habilite a esse importante papel. Tal situação gera, muitas vezes, dificuldades não só para os próprios estudantes em situação de sofrimento ou adoecimento, mas para os docentes, que se veem em apuros, sem saber o que fazer.

Lyra et al. (2013) destacam que a gestão escolar precisa se preocupar em oferecer alternativas tanto para uns, quanto para outros. Uma formação adequada (inicial e continuada) é ponto de partida para entender esses alunos e realizar as intervenções necessárias, pois é preciso conhecimento para se agir sobre algum fenômeno da realidade, seja ele qual for, principalmente com seres humanos.

Dessa maneira, ganha destaque o papel do psicólogo escolar, algo que se tornou mais evidente com a pandemia de 2019 e o retorno às atividades escolares presenciais de alunos e professores após o longo tempo de isolamento social. Como se sabe, nos últimos dois anos, o mundo enfrentou a pandemia da Covid 19 cujas consequências emocionais na vida dos sujeitos, em especial dos alunos, ainda estão sendo avaliadas e discutidas pelos profissionais

de saúde mental.

Nesse sentido, é interessante o registro de como ocorreu a atuação de duas psicólogas dentro de uma equipe multidisciplinar e multissetorial do Instituto Federal do Paraná, uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica que tomou a decisão de criar a Comissão de Acompanhamento e Controle de Propagação da covid 19, em março de 2020.

Segundo relatam Negreiros e Ferreira (2021), após constituída a equipe, desenvolveu-se a percepção quase consensual de que uma das estratégias centrais do trabalho da comissão envolveria prestar alguma forma de suporte aos problemas emocionais enfrentados pelas pessoas naquele momento social tão delicado de pandemia. Foi assim que as psicólogas foram convidadas a compor a referida comissão. Negreiros e Ferreira (2021) descrevem que foram construídas três linhas de ação a partir dos trabalhos realizados pelo grupo:

A primeira foi a construção de um Protocolo de cuidados para prevenção da covid-19 no IFPR; a segunda foi o estabelecimento de comissões locais nas unidades para a análise e encaminhamento de medidas mais consoantes a cada contexto; e, finalmente, a elaboração de um seminário organizado em duas etapas: para a comunidade escolar em geral e para as comissões locais (NEGREIROS; FERREIRA, 2021, p. 890).

No ‘protocolo de cuidados’, escrito colaborativamente pelas profissionais e outros membros do grupo, um dos capítulos tratava especificamente da saúde mental: “Lidando com as emoções: saúde mental e atenção psicossocial”. Em seguida, foram instalados os comitês de cada unidade, tendo como atribuições: “(...) operacionalizar as ações e garantir o sucesso das providências relativas à recepção, acolhimento e segurança de estudantes e servidores” (NEGREIROS; FERREIRA, 2021, p. 890). Já os dois seminários foram elaborados em duas fases: uma formativa, especialmente dirigida aos componentes dos comitês locais, com esclarecimentos sobre o sentido, a aplicabilidade e o manuseio do Protocolo de Cuidados e Prevenção; e outra, com uma ênfase na sensibilização, para o compartilhamento e usufruto das estratégias de apoio então disponibilizadas pelo Instituto Federal do Paraná aos seus alunos e servidores.

Ambas as fases, frisam Negreiros e Ferreira (2021), contaram com a ativa participação das psicólogas, que coordenaram mesas temáticas em saúde mental, que também contaram com a presença de uma psiquiatra.

*Sofrimento psíquico entre os estudantes e Educação Profissional e Tecnológica: apontamentos sobre a formação docente e o papel do psicólogo escolar*

Para o primeiro grande grupo, a mesa Relações humanas e atitudes de cuidado de si e do outro em tempos de distanciamento físico e a saúde do trabalhador foi planejada a fim de apresentar as diversas consequências da pandemia nas relações humanas e na saúde mental do trabalhador e do estudante e discutir estratégias para lidar com este momento (NEGREIROS; FERREIRA, 2021, p. 891).

Na mesa de discussão, durante as atividades com intuito formativo para as pessoas integrantes dos comitês que deveriam atuar em cada unidade, as psicólogas elaboraram uma exposição que contemplava a sensibilização das equipes para os inúmeros impactos emocionais decorrentes do isolamento social, da crise financeira e das perdas humanas pela COVID19. Por outro lado, dedicaram-se também a discutir “(...) formas de encaminhamento e acolhimento qualificado às demandas da comunidade escolar” (NEGREIROS; FERREIRA, 2021, p. 891).

É importante pontuar que as formas de atuar descritas neste relato de experiência se coadunam com as recomendações dos Conselhos Profissionais de Psicologia quanto às intervenções por parte dos psicólogos escolares, especialmente pelo fato de que não possuem caráter clínico. São intervenções pensadas para auxiliar no desenvolvimento coletivo.

Ao inserir-se na equipe técnica, a(o) Psicóloga(o) Escolar/Educacional poderá ser a(o) dinamizadora(dinamizador) do processo de formação dos educadores, proferindo e organizando palestras, encontros temáticos ou cursos com o objetivo de orientar esses profissionais quanto aos aspectos psicológicos relacionados aos processos cognitivos e metacognitivos implicados na aprendizagem, ou então quanto aos temas que atendam às demandas mais emergentes desses profissionais (MADER, 2016, p. 20).

Nesse sentido, pensando na formação de professores para Educação Profissional e Tecnológica e nos desafios adicionais já pontuados no presente artigo, uma vez que muitos desses profissionais podem não ser egressos de cursos de licenciatura ou mesmo não terem estudado na formação inicial ou complementar assuntos ligados à psicologia da educação, destaca-se o importante papel de qualificação continuada a ser desempenhado pelos psicólogos escolares nesses espaços. Experiências como a de Negreiros e Ferreira (2021) chamam a atenção para a necessidade dos profissionais de psicologia pensarem atividades e produtos educacionais que contribuam para que os professores se tornem cada vez mais preparados e sensíveis para a identificação e o encaminhamento de estudantes em situação de sofrimento psíquico. Trata-se de uma visão que articula duas premissas importantes sobre a temática: 1 – a de que a saúde mental dos estudantes é uma questão cuja responsabilidade

é de toda a comunidade escolar; 2 – a de que o profissional de psicologia não é um “socorrista ou bombeiro” que “resolve” situações de emergência, mas um dos profissionais que atua na construção de um ambiente escolar mais acolhedor e saudável para todos.

### **Considerações finais**

A partir do reconhecimento da imperiosa necessidade formativa dos professores, ressalta-se, mais uma vez, o quanto se faz necessário insistir sobre a centralidade da exigência de formação pedagógica adequada para quem atua como docente na EPT, pois, como uma parte desses professores é proveniente dos bacharelados, mais difíceis se tornam os dilemas a serem por eles enfrentados no cotidiano escolar, como são aqueles relacionados ao sofrimento psíquico entre os estudantes.

Se mesmo os professores devidamente habilitados em cursos licenciaturas já enfrentam dificuldades diante da problemática de como lidar com tais situações, mais difícil se torna este enfrentamento quando inexistente habilitação pedagógica por parte do docente. Da mesma maneira, entende-se que as licenciaturas, incluindo o curso de Pedagogia, devem agregar as suas matrizes curriculares discussões sobre o sofrimento psíquico e sobre as formas de promover a saúde mental no ambiente escolar. Tantos os processos formativos dos professores quanto os dos seus respectivos estudantes só teriam a ganhar com essas iniciativas.

Por último, é importante retomar a importância do psicólogo escolar e ressaltar que uma das suas vertentes de atuação é justamente dentro de uma perspectiva de formação continuada dos professores, técnicos e gestores. É possível, por meio de palestras, minicursos, simpósios e outras dinâmicas, trazer sempre a renovação de saberes para que a vida neste espaço tão importante seja mais leve, mais criativa e mais bem-humorada, como propôs Bernard Charlot (2005).

### **Referências**

ALVES, Ursulina Ataíde et al. Proletarização do trabalho docente e o notório saber: desafios e entraves para o resgate da valorização do professor. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, nº 2, 2020.

ANTUNES, Celso; GARROUX, Dagmar. **Pedagogia do Cuidado**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BALLESTER, Dinarte Alexandre. Saúde mental na escola: resultados preliminares de uma ação entre professores e alunos do ensino fundamental. **Expressa Extensão**, v. 26, n. 2, p. 250-259, 2021.

*Sofrimento psíquico entre os estudantes e Educação Profissional e Tecnológica: apontamentos sobre a formação docente e o papel do psicólogo escolar*

BARBOSA, Deborah Rosária. Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia educacional e escolar no Brasil. **Psicol. cienc. prof.** n. 32, p. 104-123, 2012.

BOFF, L. **Saber cuidar, ética do humano, compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 2003.

BARBOSA, Hédlin Braga.; MACHADO, Lucília. Regina. de Souza.; AFONSO, Maria. Lúcia. Miranda. Reflexões sobre a docência na educação profissional e tecnológica. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 62-81, 2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. **Currículo sem fronteiras**, v, 11, n 2, p. 240-255, 2011.

CAPONI, Sandra; DARÉ, Patricia. Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: A Psiquiatrização dos Padecimentos no âmbito Escolar. **Mediações**, v. 25, n. 2, p. 302-320, 2020.

CARVALHO, Olgamir Francisco de; SOUZA, Francisco Heitor de Magalhães. Formação do docente da educação profissional e tecnológica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 128, p. 629-982, 2014.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o Saber, Formação dos Professores e Globalização.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

CID, Maria Fernanda Barboza; SQUASSONI, Carolina Elisabeth; GASPARINI, Danieli Amanda; FERNANDES Luiza Helena O. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. **Pro-Posições**, v. 30 - e20170093, 2019.

D'ABREU, Lylla Cisne F; MARTURANO, Edna. Maria Associação entre comportamentos externalizantes e baixo desempenho escolar: uma revisão de estudos prospectivos e longitudinais. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 43-51, 2010.

D'AVILA-BACARJI, Keiko Maly; MARTURANO, Edna Maria; ELIAS, Luciana Carla. Suporte parental: um estudo sobre crianças com queixas escolares. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 1, p. 107-115, 2005.

FATORI, Daniel et al. Prevalência de problemas de saúde mental na infância na atenção primária. **Ciênc. saúde colet**, v. 23, n. 9, p. 3013-3020, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37, p. 57-70, 2008.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

LYRA, Gabriela Franco Dias et al. Sofrimento psíquico e trabalho docente – implicações na detecção de problemas de comportamento em alunos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2 p. 724-744; 2013.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a Educação Profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 8-22, 2008.

MÄDER, Bruno Jardini (org.). **Psicologia escolar/educacional: ações e debates em psicologia escolar/educacional**. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia, 2016.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. v. 1, n. 1, pp 23-38, 2008.

NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno de Oliveira (Org.). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

NÓVOA, A. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Maria Cláudia S. L. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 2, p. 427-436, 2006.

OLIVEIRA, Viviane S; SILVA, Rosa F. Ser Bacharel e Professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior. **Holos**, vol. 2, p. 193-205, 2012.

PATTO, Maria Helena S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n.35, p. 167-198, 1999.

PATTO, Maria Helena S. **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 2006.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, nº 13, p. 5-24, 2000.

TSUNEMATSU, Josiane de Paula Jorge; PANTONI, Rodrigo Palucci; VERSUTI, Fabiana Maris. Saúde mental discente na educação profissional e tecnológica: experiências de estudantes e docentes dos cursos técnicos integrados. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, p. 70–90, 2021.

*Sofrimento psíquico entre os estudantes e Educação Profissional e Tecnológica: apontamentos sobre a formação docente e o papel do psicólogo escolar*

URBANETZ, Sandra Terezinha. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, v. 12, n. 37, p. 863-883, 2012.

## Nota

---

<sup>i</sup> Emenda nº 027, ao Projeto de Lei Complementar nº 235, de 2019, que institui o Sistema Nacional de Educação, e prevê os investimentos financeiros necessários ao cumprimento da Lei 13.935/2019. Disponível em:

[https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=9078438&ts=1650995753307&disposition=in\\_line](https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=9078438&ts=1650995753307&disposition=in_line). Acesso em: 15/08/2022.

## Sobre os autores

### **Eliane Antunes Marinho do Prado**

Professora regente e gestora escolar na Prefeitura Municipal de Cabro Frio – RJ. Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Psicóloga pelo Centro Universitário Celso Lisboa. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6884-2173>. E-mail: [antuneseliane67@gmail.com](mailto:antuneseliane67@gmail.com)

### **Jonis Manhães Sales Felipe**

Professor da área de Educação no Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), com atuação nos cursos de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu* (Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica). Doutor em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1175-7637>. E-mail: [jonisfelippe@gmail.com](mailto:jonisfelippe@gmail.com)

Recebido em: 17/10/2022

Aceito para publicação em: 25/05/2023